Revista Brasileira de Comércio Exterior

RBCE

A revista da FUNCEX

Ano XXXII
135
Abril/Maio
e Junho de 2018

2005-2016: A DÉCADA PERDIDA das exportações brasileiras de bens industrializados

Reflexões acerca da TARIFA ADUANEIRA BRASILEIRA

DUMPING E PREÇO PREDATÓRIO Diferenças conceituais e o caso do Brasil

FUNCEX
fundação centro de estudos do comércio exterior
Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

2 EDITORIAL

Insumos para um bom debate sobre a política comercial

Ricardo Markwald

4 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

A "década perdida" das exportações brasileiras de bens industrializados: análise do período 2005-2016

Fernando José da Silva Paiva Ribeiro

24 TARIFA ADUANEIRA

Reflexões acerca da Tarifa Aduaneira Brasileira

Marta Reis Castilho

34 *DUMPING*

Dumping e preço predatório: diferenças conceituais e o caso do Brasil

Fernando Coppe Alcaraz, José Henrique Vieira Martins, Fernanda Silva Nicoli e Dilso Marvell Marques

Insumos para um bom debate sobre a política comercial

O artigo de Fernando Ribeiro, que abre nossa edição da RBCE, faz uma anatomia do desempenho das exportações brasileiras de produtos industrializados no período compreendido entre os biênios 2005/2006 e 2015/2016, concluindo tratar-se de uma década perdida para as vendas externas brasileiras de bens industriais. Os principais indicadores desse desempenho, sem dúvida muito ruim, já conhecíamos. Mas, quando apresentados em conjunto, eles impressionam: a participação dos bens industrializados na pauta de exportação do Brasil encolhe de 70% para 50%; o *quantum* exportado de bens industriais em 2016 ficou 2,6% abaixo do alcançado em 2008; a participação brasileira nas importações mundiais de bens industriais se contrai de 0,97% para 0,75% entre os biênios considerados e, pior ainda, essa queda de participação dobra de magnitude quando ajustada por preços relativos, haja vista que a evolução dos preços foi favorável à cesta de produtos exportada pelo país. Em suma, embora o crescimento do comércio mundial tenha arrefecido significativamente no período recente, o mau desempenho de nossas exportações de produtos industrializados só pode ser explicada por nossas deficiências.

Com o intuito de entender melhor os fatores que poderiam estar por trás da perda de dinamismo das exportações brasileiras de produtos industriais, o trabalho se vale da tradicional metodologia de *Constant Market Share* (CMS), que decompõe a variação da participação brasileira nas importações mundiais desses bens em cinco efeitos: efeito competitividade, efeito-produto, efeito destino, efeito adaptação em produtos e efeito adaptação em mercados. Na apresentação dos resultados, o efeito- produto e adaptação em produtos, assim como o efeito-destino e adaptação em mercados são mostrados de forma agregada. A mesma metodologia é replicada para a desagregação da exportação brasileira dos 20 principais setores da CNAE, e a análise se debruça ainda em exame mais detalhado do desempenho em termos de produtos e destinos.

Dentre os resultados apontados pela análise baseada na metodologia de CMS, uma constatação sobressai: a perda de *market-share* (MS) das exportações de produtos industrializados brasileiros é inteiramente devida à perda de competitividade, uma vez que os efeitos-produtos foram inexpressivos enquanto que os efeitos-destinos foram bastante positivos, embora insuficientes para compensar a evolução negativa de nossa competitividade. A desagregação setorial mostra um quadro análogo: apenas cinco setores mostraram aumento de market-share nas importações mundiais, sendo que em 14 dos 15 restantes a redução do MS é principalmente explicada pelo efeito-competitividade.

Adicionalmente, a análise desagregada de produtos e destinos revela alguns resultados de interesse. De fato, ainda que o efeito-produto tenha se mostrado pouco expressivo tanto no exame agregado como no setorial, o desempenho brasileiro foi positivo em apenas 20% dos produtos da pauta, porém muito ruim em produtos que respondem por mais de 60% de nossas exportações industriais. De outro lado, embora o efeito-destino tenha sido bastante positivo, o Brasil perdeu MS em mercados tradicionais muito importantes, com destaque para o mercado norte-americano e a UE.

O trabalho não aponta (nem poderia) os determinantes por trás da perda de competitividade de nossas exportações de produtos industriais, mas destaca a sua absoluta relevância. Como toda análise *ex-post*, o trabalho também não aponta para produtos ou mercados que devam merecer particular atenção no futuro. Destaca, contudo, as oportunidades perdidas ao longo da última década e contém informações e constatações absolutamente relevantes para o desenho de nossa política comercial nos próximos anos.

O artigo de Marta Reis Castilho foca na tarifa aduaneira e faz uma descrição de sua evolução nas últimas décadas, para depois descrever em detalhe a estrutura de proteção nominal e efetiva prevalecente na atualidade. Baseada nessa descrição, o trabalho faz diversos alertas para se contrapor a teses liberalizantes no debate atual sobre uma nova

rodada de abertura da economia brasileira. Em primeiro lugar, o trabalho sustenta que o acesso a bens de capital e bens intermediários de menor custo e melhor qualidade pode não redundar em aumento duradouro da produtividade nem na adoção de condutas inovadoras e competitivas, como aconteceu na abertura comercial dos anos 1990. Em segundo lugar, bens de capital e bens intermediários já ocupam atualmente parcela relevante, diferentemente do observado por ocasião desse primeiro episódio de liberalização. Contribuiriam para isso o elevado número de ex-tarifários. Em terceiro lugar, a benéfica integração a cadeias globais de valor poderia não ocorrer ou não impactar positivamente as exportações, caso ela priorize o abastecimento do mercado local e resulte em desintegração do tecido industrial brasileiro. Na ausência de políticas industriais e tecnológicas complementares esse seria um resultado bastante provável.

Em consequência, o artigo recomenda que uma revisão da estrutura tarifária obedeça a dois princípios dos quais a maioria dos países não abrem mão: seletividade e escalada tarifária. Rejeita também a opção de uma abertura unilateral por enfraquecer o poder de barganha do Brasil em negociações em andamento. Por último, alerta sobre a atual conjuntura internacional, caracterizada por guerra comercial e resurgimento do protecionismo, recomendando que o Brasil adote uma visão estratégica à luz desse contexto.

O terceiro e último artigo, de autoria de Fernando Alcaraz, José H. Vieira Martins, Fernanda Silva Nicoli e Dilso Marvell Marques mostra a diferença entre a prática de "*dumping*", baseada em discriminação de preços em função da elasticidade preço da oferta e da demanda, e "preço predatório", que constitui uma prática desleal de comércio ou conduta anticompetitiva. Tal distinção é relevante, pois práticas desleais devem ser coibidas enquanto que o *dumping* e sua medida de defesa comercial correlata, o antidumping, devem merecer cuidadosa avaliação de interesse público. Com efeito, o *dumping* pode aumentar o poder real de compra de consumidores e compradores industriais enquanto o *antidumping* pode beneficiar apenas aos setores que demandaram sua imposição. Uma avaliação cuidadosa dos efeitos do *antidumping* é, portanto, sempre necessária e tal avaliação requer uma ótica que contemple a pluralidade dos agentes e interesses envolvidos.

Boa leitura!

Ricardo Markwald
Diretor geral da Funcex